DOI: 10.67503/2595-153X.v48n56.500

Subjetividade contemporânea e ameaça ao eu: trauma em perspectiva[1]

Contemporaneous subjectivity and a threat to the self: trauma in perspective

Paula D. P. Monteiro[*]
Bárbara Andrade[**]

Resumo
A psicanálise caminha sempre em conjunto às transformações sociais, na direção de dar conta do que surge na clínica de cada tempo. Hoje, é comum que as formas de sofrimento que predominantemente nos chegam ao consultório tenham suas raízes em uma certa precarização da constituição egoica. Objetivando melhor compreender algumas das formações subjetivas da atualidade, o presente artigo busca refletir sobre uma conjuntura cultural que contribui para a ênfase da experiência do desamparo e, portanto, do trauma. Tendo isso em vista, abordaremos a importância das primeiras relações objetais e do papel do outro nas inscrições e dinâmicas pulsionais que fundam o sujeito, suas formas de viver e de sofrer.
Palavras-chave: Psicanálise. Trauma. Subjetividade. Cultura.

Abstract
The psychoanalysis evolves with social transformations, dealing with what emerges from the clinic at each time. Today it is common that the suffering forms, that predominantly arise in the practice, originate in the precariousness of the egoic constitution. Looking to better comprehend some of the subjective formation of today, the present article aims to reflect on a cultural conjecture that contributes to the helplessness experience and, consequently, to the trauma. Having that in mind, we will approach the importance of the first object relationship and the role of the other in the inscription and drive dynamics that base the individual, and their way of living and suffering.
Keywords: *Psychoanalysis. Trauma. Subjectivity. Culture.*

1. Este artigo é resultado do trabalho de conclusão do curso de especialização Psicanálise e Contemporaneidade: trauma e urgências subjetivas (CCE/PUC-Rio).

[*] Psicanalista. Membro Associado em Formação do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPMG/UFRJ) e em Psicanálise e Contemporaneidade: trauma e urgências subjetivas (CCE/PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. pauladpmonteiro@gmail.com

[**] Psicanalista. Mestre e Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. barbaratoledoandrade@gmail.com

Introdução

Freud fundou a psicanálise a partir do modelo do recalque. Orientado pela teoria pulsional e pelas facetas do inconsciente, a ideia de subjetividade em que se pautou se organizava em torno do conflito psíquico, dos relatos de sonhos e fantasias, contando com as marcas de memórias introjetadas a partir das experiências vividas pelo sujeito. Hoje, as formações subjetivas que encontramos na clínica psicanalítica fogem do paradigma neurótico clássico. Para dizer em poucas palavras, o sofrimento que nos chega ao consultório está comumente ligado a dificuldades na constituição de si.

Na contemporaneidade, observamos a consolidação de um modelo de sujeito com características individualistas e narcísicas, o qual se constitui por ideais sociais que cultuam o gozo, a imagem, o corpo, o consumismo, a autonomia, a hiperfuncionalidade e a performance. Da mesma forma, assim como explica Birman (2003), enquanto a função metaforizante da palavra perde sua força, percebemos o mal-estar contemporâneo aparecer no registro do corpo e da ação. O transbordamento pulsional dá lugar a sofrimentos psíquicos que aparecem no pânico, nos estados depressivos, nas compulsões, adicções, somatizações e na violência indomada, observada nos atos de descarga agressiva contra o outro ou contra si mesmo, sem que haja representação simbólica equivalente (BIRMAN, 2003).

O indivíduo contemporâneo é a todo tempo incitado pela ordem cultural a realizar a promessa de um grande potencial, enquanto parece sofrer da falta de suportes psíquicos para isso. Frente ao excesso de estímulos e sem encontrar balizas simbolizantes, vemos o acúmulo pulsional ser frequentemente vivido como angústia, desamparo ou como um sentimento de vazio gerado pela falta de sentido, o que culmina nas modalidades de sofrimentos psíquicos com as quais muitas vezes nos deparamos hoje. Guardadas as singularidades de cada caso, podemos apontar como raiz comum a essas novas sintomatologias a dificuldade em representar (KRISTEVA, 2002).

Do ponto de vista psicopatológico, entendemos que vivemos em um contexto que facilita organizações psíquicas vulneráveis ao impacto dos excessos, que não encontram caminhos apropriados de subjetivação. No lugar da narrativa comum à clínica clássica freudiana, associativa, evocadora de queixas e desejos inconscientes, os pacientes a que nos referimos parecem usar o espaço terapêutico para experimentar algo que não conseguem expressar verbalmente. A partir de seus discursos, diferentemente do que nos ensinou Freud sobre a neurose de sua época, não encontramos necessariamente indícios de conflito

psíquico ou de conteúdos recalcados. O que percebemos é que existiram situações importantes – de caráter traumático – que esses sujeitos não conseguiram elaborar psiquicamente. Como consequência, a angústia, em sua forma difusa e inespecífica, aparece como o principal fio condutor da vida, reativando experiências primárias concernentes à própria constituição narcísica (FERREIRA, MELLO, VERZTMAN, 2013). É em vista disto que, cada vez mais, nos deparamos com os ditos sofrimentos narcísicos na clínica contemporânea.

Os laços simbólicos, precarizados pela cultura em que vivemos, já não servem como lastro ao processo de representação da realidade necessário à estruturação do eu e à saúde psíquica. Sugerimos, portanto, que é essa mesma inconsistência da função representacional que torna os símbolos difíceis de serem sustentados e as bases do eu arenosas. Como reflexo disso, o que vemos é a atuação da violência pulsional como raiz de muitos dos comportamentos e sintomas característicos da atualidade (MINERBO, 2009/2013).

Porém, é prudente lembrar que é sempre um desafio a tarefa infindável de tentar decifrar os fenômenos clínicos produzidos dentro de uma cultura. Mais do que isso, é preciso ter em mente a complexidade da articulação entre os fatores socioculturais e o psiquismo. Existe uma fragilidade própria da subjetividade, que aparece sob novas roupagens nas maneiras de viver e sofrer de cada época. Por isso, é urgente que pensemos novas nosografias que ajudem a refinar a escuta analítica perante as formas de sofrimento da contemporaneidade. Diante destas questões, a hipótese que pretendemos desenvolver neste artigo é a de que, na atualidade testemunhamos o incremento de determinados tipos de subjetividade que se fazem proeminentes dado o contexto cultural em que vivemos. Buscaremos articular aspectos da teoria psicanalítica, da cultura e da clínica para pensar a fragilização da constituição egoica em sua função simbolizante e a consequente ênfase da experiência de desamparo que frequentemente caracteriza o sofrimento dos sujeitos no nosso contexto atual.

A partir da compreensão de que o processo de subjetivação se dá dentro de uma lógica intersubjetiva, buscaremos expor a relevância das relações objetais precoces para a construção do eu, para a possibilidade de simbolização e para a inclusão do sujeito na cultura. Dentro dessa reflexão, buscaremos destacar o cenário contemporâneo que, ao contribuir para o incremento do desamparo enquanto modo de subjetivação, facilita vivências de ordem traumática e, com isso, o surgimento das modalidades de sofrimentos psíquicos que tantas vezes observamos na clínica de hoje.

Nesse ponto, torna-se necessário precisar em que sentido compreendemos o desamparo como modo de subjetivação. Conforme problematiza Juran-

dir Freire Costa (2000), a psicanálise frequentemente elevou o desamparo ao estatuto de condição ontológica do sujeito, naturalizando-o como fundamento universal da vida psíquica. O autor propõe, ao contrário, que o desamparo seja compreendido como uma experiência emocional contingente, produzida no interior de determinadas configurações simbólicas, históricas e culturais. Nessa perspectiva, o desamparo não constitui a essência do sujeito, mas um modo particular de organização da experiência de si, que se intensifica quando os recursos simbólicos disponíveis para a elaboração da dependência, da alteridade e da vulnerabilidade se encontram fragilizados. Assim, ao falarmos em desamparo como modo de subjetivação na contemporaneidade, referimo-nos à produção de formas subjetivas marcadas pela vivência da dependência e da falta de sentido como ameaça ao eu, em um contexto cultural que idealiza a autonomia e empobrece as mediações simbólicas, favorecendo a emergência de experiências de caráter traumático (COSTA, 2000). Desenvolveremos a hipótese de que o esvaziamento da função simbólica, que observamos ser corrente na cultura contemporânea, lança a subjetividade no vazio representacional da própria imagem do eu, o que, com efeito, observamos despontar nas organizações subjetivas características dos sofrimentos narcísicos. A partir dessa ideia, faremos a exposição de algumas das sintomatologias características da atualidade, delineando algumas das principais disfunções egoicas, formações defensivas e derivações psicopatológicas. Ao final, apresentaremos algumas reflexões sobre a clínica psicanalítica neste contexto, bem como o papel do analista no encontro com o mundo singular que cada paciente lhe apresenta.

Mal-estar através dos tempos

No texto *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/1996) definiu o mal-estar como inevitável à condição do ser humano como um ser civilizado, concepção que sinaliza a importância de pensarmos sobre os modos de subjetivação e de formações defensivas do psiquismo em consonância com cada contexto histórico. Isso significa que, dentro da perspectiva psicanalítica freudiana, as formas sintomáticas têm em sua organização um laço com o social. O sintoma é percebido como uma produção subjetiva, singular ao indivíduo funcionando como expressão simbólica de seu sofrimento – o que quer dizer que o sintoma psíquico é compreendido em relação ao mal-estar desse sujeito que pertence a um tempo e a uma cultura.

É preciso sublinhar que a teoria freudiana é formulada em meio à conjuntura cultural moderna, rigidamente repressiva das ditas satisfações pulsionais, contexto intimamente articulado à predominância clínica das formações neuróticas. Como explica Minerbo (2019a), a solidez das grandes instituições, característica da Modernidade, encarnava uma ordem de valores que determinava uma maneira de se pensar e de agir. Como sistema simbolizante, essa estrutura social disponibilizava significados rígidos às experiências, a partir de princípios instituídos como absolutos e universais. Naquele contexto, as formas de adoecimento psíquico eram decorrentes do sofrimento gerado pelas exigências de que todos se adequassem a um único modelo de vida.

Hoje, essas mesmas instituições que serviam de base simbolizante para a civilização estão em crise. As diretivas firmes e inquestionáveis que moldavam o modo de vida daquela sociedade perderam sua força (MINERBO, 2019a). Ao mesmo tempo em que se insinua o anúncio de um voo de liberdade, não encontramos terreno para um pouso seguro. Com a relativização dos sentidos e dos referenciais identitários, observamos os sujeitos adoecidos pela angustiante experiência da incerteza e da imprevisibilidade diante da vida, percebendo-se solitários e inseguros de si.

No entanto, é necessário lembrar que já em 1895, em seu trabalho intitulado *Projeto para uma psicologia científica*, Freud destacou a experiência de desamparo como própria do ser humano e indispensável para o processo de constituição subjetiva. De acordo com essa consideração freudiana, quaisquer que sejam os referenciais culturais que recebemos, nascemos todos nessa condição fundamental, visto que dependemos do outro como assegurador do desenvolvimento da vida psíquica. Dentro dessa perspectiva, portanto, assim como elucida Garcia (2004), na impossibilidade de encontrarmos na relação com esse outro o contorno dos sentidos para nossas excitações pulsionais, estas permaneceriam sem representação ou destino. Nesse caso, a situação de desamparo seria então intensificada, culminando na vivência do excesso pulsional como ameaça ao psiquismo.

Por sua importância basilar para a noção de sujeito, o conceito de desamparo é retomado muitas vezes ao longo da obra freudiana entendido como pilar edificador da civilização e como estado inevitável desde os primórdios da vida psíquica. Segundo a leitura clássica freudiana, o desamparo mantém-se como importante registro de ameaça ao psiquismo, o que conduz o ser humano a viver suas relações sob uma lei comum que supostamente lhe renderia alguma salvação. O objetivo é superar de maneira coletiva sua condição frágil, mesmo que para isso precise renunciar a seus instintos pulsionais (FREUD,

1913). Daí podemos compreender por que a solidez e estabilidade dos referenciais culturais representava, na modernidade, um papel crucial no sentido de anteparo contra o desamparo devastador. É possível dizer, portanto, que esse conceito contempla tanto a compreensão da experiência de atemorização que aflige o aparelho psíquico, quanto a de sua condição simbolizante estruturante e necessária para a relação dos sujeitos com o mundo.

Jurandir Freire Costa (2000) problematiza essa concepção ao afirmar que o desamparo, quando elevado a fundamento da cultura, assume o estatuto de um mito psicanalítico organizador. Segundo o autor, não é o desamparo em si que funda a civilização, mas determinadas crenças historicamente construídas sobre a fragilidade do eu, a dependência do outro e a necessidade de proteção frente à vida. Dessa forma, o desamparo não pode ser tomado como base universal e atemporal da cultura, mas como uma experiência cuja centralidade varia conforme os modos de simbolização e os ideais que estruturam cada contexto histórico. Ainda assim, a noção freudiana de desamparo permanece fecunda para pensarmos o modo como, em determinados contextos culturais, a ameaça de perda de amparo simbólico se intensifica, produzindo efeitos diretos sobre as formas de sofrimento psíquico predominantes em uma época.

Da mesma forma, destacamos essa conceituação como fundamental para pensarmos a fragilidade do sujeito contemporâneo ao lidar com as intensidades que vivencia frente à crise da alteridade característica do individualismo ocidental. Quer dizer, se na Modernidade era possível observar formas de pertencimento mais estáveis e lugares simbólicos relativamente assegurados, na contemporaneidade a relação com o outro é frequentemente permeada pela insegurança, pelo distanciamento e pela efemeridade. Ora, como já dissemos, os sintomas decorrentes do mal-estar de cada tempo são também indicadores culturais. É nessa direção que desdobraremos algumas hipóteses sobre possíveis causas que levam os sujeitos contemporâneos a demonstrar, de modo recorrente, dificuldades em mobilizar recursos de simbolização, apontando para o enfraquecimento das figuras e instâncias simbólicas capazes de operar como suporte do outro enquanto interlocutor. Em um contexto marcado pela valorização da autonomia, da performance e da autossuficiência, o outro tende a ser convocado prioritariamente na função de suporte narcísico. Trata-se, portanto, menos da ausência concreta do outro e mais da fragilização de sua função simbólica, o que compromete os processos de mediação e de inscrição da experiência psíquica no laço social.

O indizível como experiência de desamparo na pós-modernidade

Hoje, não é incomum ouvirmos determinada constatação presente no campo psicanalítico sobre o sofrimento dos sujeitos que, com marcas rarefeitas de seu passado e contando com poucos recursos fantasísticos, encontram grandes entraves ao tentar acessar sua própria vida psíquica, ou seja, ao falar de si, formar ideais de eu ou projetar um futuro. Muitas vezes esses pacientes nos dizem de seu mundo interior por meio de imagens fixas, de uma fala desafetada e sem uma dimensão interpretativa. É uma forma de discurso descritivo, que nos remete a um tempo presentificado, aparentemente desconectado de um enredo preenchido do que se experienciou ou de projeções de continuidade para a própria história. A ordenação no tempo e a narrativa sobre si mesmo é dificultosa, quase atrofiada (FERREIRA, MELLO, VERZTMAN, 2013). Da mesma forma, a capacidade para o autoquestionamento ou mesmo para a construção de demandas próprias parece reduzida.

Como explica Birman (2003), o indizível é difícil de suportar, pois é a via representante da linguagem que nos permite dizer quem somos e compartilhar nosso sofrimento com os outros. No entanto, não é raro encontrarmos um estilo de narrativa literal e pouco funcional em termos verbais quando pensamos nas formas sintomatológicas a que nos referimos neste artigo.

Já na sociedade moderna, autores como Walter Benjamin (1933/1994) postularam sobre o início da crise do discurso tradicional, que incluiria alegorias e associações metafóricas como principais recursos norteadores. Somando-se ao fomento da lógica capitalista, surgia a imprensa, estimulando um novo tipo de comunicação mais objetiva, informativa e literal. Como resultado disso, Benjamin (1933/1994) sublinhou a desvalorização da experiência (*Erfahrung*) como uma das principais tendências da Modernidade. O indivíduo moderno estaria, portanto, sob forte influência de vivências (*Erlebnis*) fragmentárias, efêmeras e menos favoráveis a se constituírem como traços de memória. Com a aceleração do tempo e a transformação dos espaços, cada vez mais a forma literal da narrativa se faria predominante.

Da mesma forma, a psicanálise considera que a experiência pressupõe um processo de subjetivação. Ou seja, trata-se de um processamento psíquico que só se torna viável através da troca com o outro e com a cultura. Em contrapartida, a vivência (*Erlebnis*) seria pontual e desprovida de representantes significativos compartilháveis com o social, já que é insuficiente para produzir marcas de memória e, por isso, não se integra como parte da história do sujei-

to (MONTES, 2012). Desse ponto de vista, o sujeito se vê isolado, submetido ao sofrimento de não encontrar sentidos para sua vida.

Com o objetivo de articularmos ao contexto atual os conceitos pensados por Benjamin, propomos uma articulação com as noções de dor e sofrimento formuladas por Birman (2003). Este autor (BIRMAN, 2003) enfatiza uma importante mudança na posição subjetiva engendrada pela passagem da sociedade moderna para a contemporânea. Hoje, o mal-estar tem como marca característica a vivência da dor em lugar da experiência do sofrimento, típica da Modernidade. Dentro dessa perspectiva, as experiências de dor psíquica vivenciadas pelo indivíduo pós-moderno, ensimesmado e sem grandes possibilidades de traduzi-la a um outro, desembocam nas formas mais frequentes de adoecimento psíquico que encontramos na atualidade.

Em uma comparação com o que para Benjamin seria da ordem da vivência (*Erlebnis*), equiparamos a definição de Birman (2003) sobre a dor, marcadamente solipsista, subjetivamente fechada nela própria e impossível de ser compartilhada com um outro. Assim como na vivência (*Erlebnis*), na experiência de dor a dimensão alteritária é excluída. A isso, Birman acrescenta o traço vitimista do sujeito contemporâneo, que aguarda passivamente que algo ou alguém lhe retire de seu estado. Ou seja, no espectro desse sujeito, individualista, consumista e narcisicamente frágil, é esperado que o outro exista unicamente para responder às suas necessidades. A interlocução com o outro, tão necessária à nossa saúde psíquica, se faz debilitada. O sujeito contemporâneo se vê desamparado na medida em que não encontra a quem dirigir seu apelo (BIRMAN, 2003).

Birman (2003) sublinha que, por outro lado, a possibilidade de experienciar o sofrimento é essencialmente alteritária. Dentro dessa realidade, a subjetividade reconhece o outro, dirigindo sua demanda no sentido da partilha, pela elaboração e inscrição pulsional, isto é, dentro da dimensão simbólica que inclui a interlocução com o mundo para além de si mesmo (BIRMAN, 2003). O sofrimento só se faz possível pela nossa capacidade de elaborar subjetivamente nossas vivências, através da integralidade de uma existência humana que inclua um corpo sensível, um aparelho perceptivo e um aparato mental que conecte nossa cognição, sensações e emoções. No entanto, para que a experiência de desamparo potencialmente traumática seja elaborada como sofrimento, produzindo novos sentidos estruturantes, é preciso que esse sujeito possa entrar em contato com sua dor em compartilhamento com os outros, de modo a torná-la comunicável e acessível (REIS, 2017).

É nessa esteira que, assim como Birman (2003), Garcia (2004) sugere que o indivíduo contemporâneo experimenta com frequência o desamparo, o que

se deflagra na acentuação de formas de subjetivação que contam com mecanismos de defesa regressivos, correspondentes às questões primevas da constituição do eu. O paradoxo é a dialética entre o excesso e a falta. Garcia e Coutinho (2004) descrevem o desamparo contemporâneo a partir de uma dialética entre o excesso e a falta, evidenciada sobretudo nas manifestações clínicas da depressão e do pânico, sintomas característicos de nosso tempo. Para esses autores, a falta do outro como semelhante, como suporte para elaboração da experiência emocional e como via de sustentação simbólica, lança o sujeito no desamparo, submetido a uma exacerbação pulsional frente à qual não encontra saída. Nesse sentido, o desamparo abre espaço para a vivência traumática do intraduzível e do incompartilhável, ou seja, da impossibilidade de se organizar simbolicamente a experiência através da relação com o outro (GARCIA, 2004). A partir dessa formulação, e em articulação com outros autores da clínica contemporânea (BIRMAN, 2003; MINERBO, 2013), propomos compreender que tal dialética pode favorecer o acionamento de modos de funcionamento psíquico regressivos, remetendo a questões primevas da constituição do eu. Nesse sentido, ainda que Garcia e Coutinho não abordem diretamente os mecanismos defensivos, a experiência de desamparo por eles descrita pode ser pensada como um terreno propício à reativação de impasses narcísicos precoces, especialmente quando o excesso pulsional encontra poucos recursos simbólicos de elaboração.

Tendo isso em mente, é preciso refletir sobre a relação entre a experiência psíquica descrita e os adoecimentos contemporâneos. De fato, vivemos em uma cultura que parece nos colocar constantemente em circuitos de excessos. Ao mesmo tempo, percebemos cada vez mais o desamparo ser experienciado pelos indivíduos, que não encontram vias adequadas para a inscrição representacional de toda a excitação vivenciada. Diante desse impasse, as intensidades psíquicas e corpóreas permanecem sem um caminho de subjetivação, agindo em seu estado bruto, selvagem e indomesticável, à procura de uma direção de sentido. Em termos psíquicos, observamos os efeitos da desorganização do eu e as soluções defensivas de que o psiquismo tenta lançar mão para sobreviver à ameaça de colapso (MINERBO, 2019a). O resultado é a vivência do transbordamento pulsional, que acaba por ser experimentado como forte sensação de angústia e ameaça de aniquilamento.

A fragilização do eu e os meios que este irá buscar como solução ao seu desmoronamento marcam frequentemente o teor da psicopatologia contemporânea. No entanto, neste ponto, reformulamos nossas perguntas norteadoras: trata-se unicamente de questões relativas a uma cultura que não fornece os

meios adequados para a mediação simbólica? Ou poderíamos incluir aqui a falta de recursos simbolizantes mais precoces, articulada a uma problemática narcísica? Com o intuito de discutir essas questões de forma mais aprofundada, seguiremos para o próximo tópico desenvolvendo a importância das primeiras relações objetais para a função simbólica e para a constituição do eu, bem como sua relação com o desamparo e o trauma.

O sujeito contemporâneo e a tendência ao traumático

A partir do que foi dito, vimos que o outro desempenha um papel indispensável para o desenvolvimento do aparelho psíquico, o que ocorrerá, portanto, juntamente à inclusão do sujeito na linguagem e na cultura. Minerbo (2019b) elucida que o bebê encontra na troca com um adulto a ajuda necessária para sobreviver, se desenvolver psicologicamente e se inserir no mundo. Para isso, esse primeiro cuidador deverá responder de maneira adequada aos apelos do bebê, já que ocupa a posição subjetiva de objeto primário nessa relação. Nesse sentido, o papel dos objetos primários tem relevância fundamental na constituição do sujeito na medida em que estes possam corresponder empaticamente às demandas do bebê em sua condição de total dependência e, portanto, de desamparo primordial (MINERBO, 2019b).

É por essa razão que, a fim de refletir acerca das raízes da sintomatologia contemporânea, não basta pensarmos a constituição subjetiva unicamente em sua relação com a cultura. É preciso incluir nessa discussão o papel das primeiras interações objetais para a formação do eu e, portanto, para a função simbolizante. Assim, interessa-nos aqui discorrer sobre as modalidades subjetivas que emergem em meio à fragilidade simbólica do contexto em que vivemos, reconhecendo-o como um ambiente cultural que contribui para a indefinição de sentidos de existência e para a experiência do desamparo. Para tanto, pensaremos a constituição subjetiva dentro de uma lógica intersubjetiva, na qual o adulto cuidador, em sua função de objeto relacional primário, é também vetor da cultura na qual está inserido, com encargo imprescindível no processo de subjetivação da vida psíquica do infante.

Como vimos, dada a própria incompletude do organismo humano ao nascer, o desamparo está presente desde os momentos mais precoces da vida, o que denota a condição de extrema dependência do outro (FREUD, 1895/1990). Com isso, o eu da criança precisa não só que suas necessidades básicas sejam atendidas pelo objeto primário, mas que a qualidade dessas respostas seja adequada.

Caso contrário, o eu da criança, ainda em construção, pode se sentir atacado e ameaçado. Minerbo (2019b), evocando a teoria freudiana, explica o trauma como "o resultado da ruptura do para-excitação em função de algo que ataca o sujeito de fora. Esse algo, que por definição é sempre excessivo frente à capacidade de ligação do sujeito, provém do objeto entendido como outro-sujeito" (MINERBO, 2019b, p.80). Assim, as dificuldades na constituição do núcleo egoico estarão diretamente relacionadas ao traumatismo primário.

Ainda que amadurecido, o indivíduo passa pela vida vulnerável a se sentir novamente desamparado, em diversos tipos de situações e em qualquer tempo. Essa experiência ou a iminência dela pode acionar mecanismos regressivos e defesas narcísicas tão primitivas quanto o temor do retorno a esse estado de dependência primordial. Acrescentando essa ideia ao que foi discutido anteriormente, inferimos que o cenário cultural em que vivemos hoje produz um efeito de reforço para o desenvolvimento do desamparo enquanto modo de subjetivação, o que abre caminho para que o sujeito vivencie mais facilmente o que é da ordem do traumático (OLIVEIRA, RESSTEL, JUSTO, 2014).

Mas, afinal, o que podemos definir como algo traumático?

A partir de 1920, Freud repensa toda sua teoria pulsional e a problemática do acúmulo pulsional com suas consequências desestruturantes para o aparelho psíquico. Desde trabalhos como *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920/2010) e *O ego e o id* (FREUD, 1923/2011), traz a lume conceitos como pulsão de vida, pulsão de morte e compulsão à repetição. A grande novidade é a ênfase no caráter autônomo do aspecto quantitativo da pulsão e a quebra da ideia de que esta estaria originalmente ligada a um representante. Passa a ser incluída a noção de que algo no psiquismo não é pautado pelo princípio do prazer e se move fora das vias do registro representacional. Essa nova compreensão pulsional do psiquismo abre o caminho para a temática do excesso, visto que a partir de então nos vemos diante de fenômenos psíquicos que vão para além do que é representável (MELLO, HERZOG, 2012).

À energia pulsional que não encontra um correlativo simbólico, permanecendo solta no psiquismo e exercendo sua violência sem direcionamento, Freud denominou «pulsão de morte». Esta tem efeito desagregador, enquanto a pulsão de vida é encarregada de fazer o trabalho de ligação. É dentro dessa perspectiva que Freud (1920) formula a noção de trauma, ao defini-la como resultante da impossibilidade de representar fortes intensidades desprendidas de situações impactantes para o psiquismo.

Enfatizando o papel das primeiras relações objetais nas dinâmicas desse jogo de forças a que está sujeito o aparelho psíquico em sua formação e funcio-

namento, Roussillon (ANDRADE, SALEM, KLAUTAU, 2012) considera que o trauma é vivido quando o ambiente não é capaz de contribuir para a metabolização de uma experiência que demanda por isso. As experiências precoces carregam em si essa urgência, necessitando da complementaridade do ambiente – do outro como objeto relacional – para que o que foi vivido ali se torne linguagem e ganhe um sentido de inscrição para o eu. Na situação traumática, o ambiente não pôde participar. Essa concepção se afina com a ideia de excesso, na medida em que "o que permite a excitação de se organizar, de se ligar e de ser simbolizada é precisamente a resposta do objeto. Se a resposta do objeto for inadequada, toda excitação é excessiva porque ela não consegue se ligar" (ROUSSILLON, *apud*. ANDRADE, SALEM, KLAUTAU, 2012, p. 114)

Dessa maneira, a possibilidade da simbolização está atrelada à capacidade de responsividade do objeto primário às primeiras experiências do sujeito. O que servirá de base para essa ancoragem será o "compartilhamento sensório-afetivo" dentro dessa relação objetal que, assim, terá sua função simbolizante e permitirá ao sujeito em constituição formar suas primeiras inscrições (SANTOS, ZORNIG, 2015, p. 37). Além disso, será apenas a partir dessa consistência objetalizante que a função desobjetalizante da pulsão poderá também operar, isto é, "o desinvestimento, a separação do objeto primordial, em prol do investimento em si mesmo, o narcisismo" (SANTOS, ZORNIG, 2015, p. 37). Aqui, a desobjetalização é entendida como a possibilidade de separação e de desinvestimento parcial – condição necessária para o investimento narcísico e para a constituição de um eu relativamente autônomo. Ou seja, será apenas a partir de uma consistência objetal suficientemente estável, da presença do objeto capaz de responder, sustentar e significar a experiência do sujeito, que a função desobjetalizante da pulsão poderá operar de maneira estruturante. Nesse sentido, quando essa consistência objetal falha, o processo desobjetalizante deixa de operar como vetor de subjetivação e passa a se manifestar sob formas desagregadoras, comprometendo a simbolização e a organização egoica.

Retomamos aqui a conceituação freudiana, sublinhando a importância da atuação da pulsão de morte – responsável pelo processo de desligamento – em seu trabalho em conjunto com a pulsão de vida. A partir daí, podemos compreender, inclusive, o jogo de forças que permite serem construídos os limites nas relações intersubjetivas nesse processo de subjetivação. O espaço potencial que daí poderá se criar entre o eu e o outro será também estruturante e imprescindível para a simbolização primária, ao passo que abre espaço para a entrada do sujeito no mundo e na cultura (SANTOS, ZORNIG, 2015). Assim, sem as

ações apropriadamente acolhedoras do objeto primário para a organização egoica desse sujeito em constituição, algo da virtualidade de suas forças excitatórias permanece disperso e estas impossibilitadas de serem atualizadas na potência de um agir. Como explica Eliana Reis (2017):

> Para que o eu surja (enquanto projeção de uma superfície corporal) e o narcisismo se constitua como eixo de organização subjetiva é preciso que se formem laços que vinculem indivíduo e ambiente de uma forma criadora. (...) Sem um eu suficientemente investido pela libido narcísica, a ligação com o objeto se faz de modo frágil. Os objetos permanecem, então, como fantasmas a serem incorporados de forma compensatória pela via de uma realização aderente, que visa conter a sensação de uma hemorragia afetiva. O registro libidinal e erógeno, responsável pelas ligações criadoras de si e do mundo, permaneceria como uma dimensão por vir, como virtualidade não atualizada (REIS, 2017, p. 133).

Contemporâneo de Freud, Ferenczi também conceitua a respeito do choque traumático, incluindo a noção do tempo presentificado e os entraves que este implica para a construção das narrativas sobre si. Em sua perspectiva, existiriam dois tipos de traumas possíveis de produzir importantes marcas subjetivas: aqueles de ordem estruturante para o psiquismo como, por exemplo, o nascimento, e aqueles de caráter desestruturante, em consequência da invalidação de uma experiência intensa vivenciada pelo sujeito. Essa teoria ocupou lugar central em sua obra e ganhou destaque nos ilustres trabalhos *Análises de crianças com adultos* (FERENCZI, 1931/2011), *Confusão de línguas entre adultos e crianças* (FERENCZI, 1933/2011) e *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (FERENCZI, 1929/2011).

Para Ferenczi, a ênfase do traumático está nos conflitos resultantes do confronto entre um ego imaturo e um ambiente violento. Ferenczi (1933/2011) traz a ideia de que a violência moral provinda de uma relação inadequada entre um adulto e uma criança pode ter consequências potencialmente desorganizadoras. Nesse sentido, o que constituiria um trauma de fato não seria necessariamente a experiência de choque inicial, mas um segundo tempo em que a criança, ao tentar comunicar o sofrimento vivido, tem sua experiência invalidada pelo adulto de confiança a que recorreu. A essa situação Ferenczi (1933/2011) deu o nome de desmentido, o qual potencialmente resultaria na sensação marcante de abandono e, portanto, na formação de um evento traumático desestruturante.

Assim, podemos dizer que o desmentido carrega a violência da pulsão de morte, rompendo os sentidos. O adulto, como objeto primário com o qual a criança se relaciona, tem a função fundamental de fornecer significações, ajudando-a a representar a experiência irrepresentável e proporcionando, com isso, seu desenvolvimento psíquico. Falhas recorrentes nessa relação objetal primeva são a base para vivências desestruturantes e, portanto, para a situação do trauma precoce, que terá impactos diretos na constituição egoica.

Experiências primitivas como essas colocariam o sujeito em um estado de confusão que tenderia a resultar no que Ferenczi (1931) chamou de clivagem narcísica do eu, com sérias consequências para a estrutura psíquica. Esse mecanismo de defesa difere-se do recalcamento, no qual conflitos provenientes de conteúdos recalcados insistem em aparecer de forma metaforizada. Na clivagem, ocorre uma experimentação parcial da realidade, em que o eu não consegue fazer a correlação entre nexos afetivos e ordens de sentido. Ou seja, a experiência vivida não é integrada ao senso de eu – sendo este entendido como a instância responsável pelas sínteses afetivas e cognitivas na imagem totalizante de si. Nesse caso, instaura-se um vazio simbólico em que a dinâmica erótica pulsional não consegue encontrar possíveis direções. Ou seja, na teoria ferencziana, a noção de clivagem narcísica se trata da experiência na qual a noção de si e do mundo tornam-se fragmentadas (REIS, 2017).

Em decorrência desse mecanismo, esses sujeitos vivenciam constantemente ameaças de aniquilamento, comumente experienciando a anulação de si, forte sentimento de culpa, ou mesmo a perda do sentido da realidade ou da vontade de viver (REIS, 2017). Esse tipo de organização subjetiva é marcada pela perda da certeza de si frente à ameaça do clivado, que insiste em retornar na forma de cenas literais e impressões sensórias que se reapresentam sem estarem representadas simbolicamente, mas carregadas de intensidades insuportáveis (ROUSSILLON, 2014).

Retomando essas ideias, inferimos, então, que algumas das organizações psíquicas que observamos nos dias de hoje já se faziam presentes na clínica que embasa a produção teórica do início do século XX. No entanto, sugerimos que essas formas subjetivas despontam como aparentemente mais predominantes na atualidade, se insinuando como derivadas de vivências que parecem facilmente levar os sujeitos ao que seria da ordem traumática em seu poder desestruturante. A isso, relacionamos o contexto social contemporâneo, em que os sofrimentos em torno da constituição do eu parecem ser correntes.

Poderíamos fazer aqui uma aproximação entre a teoria ferencziana e a teoria freudiana, para a qual o conceito de desamparo fundamental é compre-

endido como condição essencial à subjetivação. Esta noção apresenta semelhanças com a ideia de trauma estruturante em Ferenczi, considerado como experiência necessária à vida psíquica. Ambas as concepções remetem ao sentimento de angústia derivado da incapacidade do objeto primário em funcionar como amparo onipotente ao psiquismo que, ainda em desenvolvimento, precisa encontrar caminhos possíveis de escoamento pulsional através da relação com o outro. Dentro dessa perspectiva, as faltas nessa relação primordial são consideradas superáveis e, mais do que isso, são necessárias à sobrevivência do aparelho psíquico, que contará com a ajuda de outros balizadores simbolizantes.

Por outro lado, ao pensarmos nas formas subjetivas atuais, poderíamos associar o desamparo contemporâneo a uma experiência mais radical, dotada de um aspecto predominantemente desestruturante – tal como formulado na teoria ferencziana É possível pensarmos então que algo do ambiente no qual estão inseridas essas subjetividades, ou seja, algo de nossa cultura, tem um efeito de incremento sobre traços de uma fragilidade própria a esta constituição psíquica, uma problemática que nos remete a experiências mais precoces do sujeito. Tendo isso em vista, seguiremos para o próximo item deste artigo, a fim de discorrer sobre as organizações subjetivas e formações sintomatológicas que, a partir dessa conjuntura, encontram suas formas de expressão.

A psique e o corpo, o dentro e o fora, o eu e o outro

Roussillon (2014) retoma a ideia de clivagem do eu considerando-a como a principal defesa psíquica referente às patologias do narcisismo – que tanto observamos na clínica contemporânea. Em sua perspectiva, esses sujeitos se encontram em meio a uma "catástrofe identitária". Na impossibilidade de representar certas experiências, também não alcançam estofo identitário ou regulação narcísica suficientemente consistentes, o que afeta diretamente o próprio sentimento de existência e a autoimagem. Fazendo uma diferenciação com o mecanismo do recalque, Roussillon explica que "a clivagem concerne à patologia do ser, não à do ter; concerne à falta para ser e não à falta como organizadora do desejo e da pulsão, mesmo que uma possa remeter à outra em certas conjunturas do funcionamento psíquico" (ROUSSILLON, 2014, p. 189).

Roussillon (2014) elucida que, para melhor entender esse tipo de organização subjetiva, é preciso ter em mente que a clivagem do eu se dá frente a uma experiência que, na impossibilidade de ser representada simbolicamente, per-

manece "sem saída". Sem poder assimilar o que vivenciou e processar subjetivamente a experiência, o sujeito padece do paradoxo de não suportar a introjeção psíquica de algo que ele mesmo presenciou. No entanto, sustentar esse impasse é intolerável. Para sobreviver a isso, o único recurso viável é amputar a parte de si mesmo que esteve em contato com aquela realidade, separando-se de algo que constituiria sua própria identidade. Como resultado disso, o sujeito fica em falta consigo mesmo (ROUSSILLON, 2014).

A grande questão é o consequente distúrbio narcísico-identitário promovido pela insuficiência do aparelho psíquico em simbolizar, o que afeta a vida do sujeito continuamente. Diante disso, a fragilidade do psiquismo é reativada a cada nova experiência que necessite do esforço do trabalho representacional. As formas encontradas para algum tipo de integração das experiências aparecerão distorcidas e pouco eficientes. A própria interação com o outro será orientada pela busca narcísica de que, a partir daquela relação, algo seja introjetado como representativo da realidade interior (ROUSSILLON, 2014). Ou seja, o mecanismo da clivagem afetará também as bordas psíquicas que delimitariam as noções de interioridade e exterioridade, para as quais, inclusive, o psicossoma exerce a função de interseção. Assim, como tentativa de construir alguma barreira protetora à possibilidade de colapso do eu, surge o sintoma, que muitas vezes poderá aparecer também pela via psicossomática (MELLO, HERZOG, 2012).

Perante toda a porosidade fronteiriça e pouco estofo interno, o que se conserva é uma grande instabilidade subjetiva, a qual irá repercutir nas relações desconexas entre a psique e o corpo, o dentro e o fora e o eu e o outro. Em decorrência da falha no processamento da excitação por vias reflexivas e como expressão da desorganização psíquica, vemos com frequência a alternância desses sujeitos entre ações carregadas de impulsividade, de um lado, e o medo de existir, a passividade e a inibição, de outro (MELLO, HERZOG, 2012).

A clivagem, apesar de se organizar como medida defensiva, não funciona como solução definitiva para a estabilidade psíquica. Isso porque, de acordo com a teoria pulsional, devemos considerar que as intensidades vividas, mas excluídas da catalização simbólica, permanecem a serviço da pulsão de morte, submetidas à compulsão à repetição e apontando para a dimensão da experiência traumática do transbordamento excitatório (ROUSSILLON, 2014). Como vimos, os entraves à simbolização devidos à disfuncionalidade egoica são problemáticos na medida em que desorganizam o psiquismo, que fica ameaçado pela angústia de aniquilamento frente ao excesso. O eu, desprovido da mediação simbólica apropriada, sofre por não conseguir gerir as intensida-

des, ao mesmo tempo em que não sustenta as autorrepresentações que serviriam a uma autoimagem consistente, definidora do que chamamos identidade. O próprio sentimento de existir parece a todo tempo ameaçado de ruptura, de despersonalização ou de descontinuidade do ser (MINERBO, 2013).

Articulando as questões levantadas às modalidades de sofrimento psíquico presentes na atualidade, podemos refletir sobre algumas das principais formações psicopatológicas derivadas da disfuncionalidade do eu, as quais, como vimos, servem ainda como estratégias da pulsão de vida em exercer ligações possíveis para o que se configura como originário da pulsão de morte. Para isso, consideraremos a hipótese de que o nosso contexto social atual promove constantemente o esvaziamento da palavra como possibilidade de mediação simbólica. Como elucida Minerbo (2013), as possibilidades de operações simbolizantes que restam ao ego facilmente lançam a subjetividade em uma suspensão temporal que, somada ao vazio representacional da própria imagem, torna-se um tanto quanto ameaçadora ao psiquismo. Pensando na inconsistência do simbólico para a construção de possíveis ideias e projetos de vida, observa-se que a própria fabricação do desejar, locomotiva para a vida, é atravancada. Como efeito, observamos o sofrimento narcísico-identitário caracterizado pelo desinvestimento pulsional generalizado, exacerbando a experiência do vazio e desembocando nas crises de angústia, sintomas corporais, passagens ao ato, compulsões e quadros depressivos que observamos com frequência nesses pacientes (MINERBO, 2013).

Buscando definir algumas das formas psicopatológicas da atualidade, recorremos às contribuições de Minerbo (2013) sobre o tema. A autora se apoia na teoria de Green (1975) ao considerar dois caminhos possíveis frente ao transbordamento de um excesso pulsional: um com orientação "para fora", ou seja, em direção ao social, e outro "para dentro", aparecendo no corpo. Esses dois espaços indicariam que a elaboração pulsional encontrou sua via em espaços fronteiriços ao campo psíquico, mas não por meio dele. Observamos o transbordamento para o campo social nas ditas atuações, atitudes comumente carregadas de violência e impulsividade contra o outro, desprovidas de maior processamento no plano do pensamento por aquele que a realiza. Nessa mesma esteira, o sujeito que vivencia o direcionamento "para dentro" desse montante excitatório, pode chegar a exercer sua violência no próprio corpo, o que frequentemente aparece sob a forma de atos agressivos contra si mesmo ou através de sintomas psicossomáticos. Em todas essas situações, existe uma pulsionalidade que age em sua brutalidade pura já que não consegue se ligar a um enredo historicizado.

Outro funcionamento subjetivo indicado por Minerbo (2013) que vem a ser acionado como resposta ao sofrimento narcísico-identitário, são as formas de adicção e compulsão. Neste caso, elementos externos são buscados pelo sujeito, o qual, diante de sua vulnerabilidade identitária, recorre a estes na tentativa de que lhe favoreçam alguma consistência. As adicções e compulsões, por tomarem emprestados elementos da cultura, podem ser confundidas com comportamentos socialmente esperados e, por isso, se camuflar (MINERBO, 2013).

A conceituação freudiana sobre pulsão de vida e pulsão de morte também nos ajuda a discorrer sobre algumas destas formas sintomatológicas contemporâneas. Essas produções subjetivas estariam na mesma direção de esforço pela integração dos afetos, em consonância com o trabalho de pulsão de vida que busca dar conta da repetição do trauma, este aparecendo no tempo presentificado do indizível, do que permanece irrepresentável e que é da ordem da pulsão de morte (MELLO, HERZOG, 2012). A repetição sintomatológica, portanto, é em si mesma a tentativa de ligação representativa. Ou, ainda, a defesa contra a surpresa do choque das intensidades que poderiam aparecer em lugar do que foi eleito inconscientemente para ser repetido. Aqui, a noção do tempo presentificado do trauma, bem como a literalidade – a que nos referimos anteriormente –, se aproximam da ideia de compulsão à repetição como um reflexo do esvaziamento do eu (MONTES, 2012).

Para Minerbo (2013), o comportamento compulsivo teria a função de forjar próteses identitárias. Como tentativa de solucionar o sofrimento causado pelo desamparo narcísico, as compulsões dizem respeito ao esforço de ligar as excitações a algum sentido, mas, principalmente, ao seu fracasso (MINERBO, 2013). Já as adicções funcionam como estímulos sensórios autocalmantes, na medida em que o sujeito busca objetos, substâncias ou ações que visem atenuar o excesso de angústia. Ou, ainda, de maneira contrária, podem servir justamente como uma via de estímulo para o eu que se vê entediado e apático (MINERBO, 2013). Sendo assim, esse tipo de adoecimento se relaciona com a busca por efeitos de sensações físicas e psíquicas. Recorre-se à sensorialidade como um contorno que proporcione algum apaziguamento. Por vezes, o de se sentir vivo ou preenchido (BIRMAN, 2003).

Na falta de sentidos que possam alimentar projetos de vida ou um ideal do eu, o aparelho psíquico permanece impossibilitado de sustentar desejos e identificações que nutram a sensação de identidade própria. Paralisado e invadido pela ameaça da fragmentação frente ao excesso de tensão que acumula, o sujeito contemporâneo se vê frequentemente assolado pela própria suspensão.

Como saída, age de maneira desesperada para dar alguma forma que funcione como contorno de si mesmo, por meio de estímulos sensoriais, produtos consumidos, procedimentos autocalmantes ou intervenções na própria imagem corporal (BIRMAN, 2003). O grande problema é que, na maioria das vezes, essas soluções são "de fora para dentro". Os signos que se apresentam para a construção de alguma boia salva-vidas são concretos, exteriores ao psiquismo, além de rapidamente passageiros, contendo um potencial de identificação simbólica facilmente descartável. Os artifícios buscados acabam por funcionar como próteses identitárias que não se fixam psiquicamente como material de sustentação do eu (MINERBO, 2019a).

Considerações finais

É importante recorrer ao passado para podermos refletir sobre os processos culturais que culminaram nos modos de funcionamento psíquico que observamos como predominantes na atualidade. No entanto, é inútil nos apegarmos a uma visão saudosista, conservadora, que negue as mudanças subjetivas, tão necessárias à existência humana. Não pretendemos desenvolver aqui uma crítica conservadora ao novo que surge. É preciso reconhecer que as transformações sociais são necessárias. A fragilidade do símbolo deve ser entendida também como importante oportunidade criativa para a construção de novas formas de viver que incluam o direito à diversidade e à singularidade do desejo dos sujeitos (MINERBO, 2019a). Não se trata, portanto, de demonizar essas transformações sociais, mas sim de refletir sobre a produção psicopatológica de nossa época.

Entendemos que podem existir diferentes modalidades de organização psíquica, não devendo uma ser considerada melhor que a outra. Os sofrimentos psíquicos que se apresentam com bastante regularidade na clínica contemporânea nos levam a redirecionar nossos questionamentos acerca das modalidades sintomáticas do agora, assim como o papel que cabe ao analista em seu trabalho. É por essa razão que a exposição que fizemos até aqui buscou analisar determinados tipos de pacientes que nos chegam frequentemente aos consultórios psicanalíticos na atualidade.

Vivemos em meio a uma lógica midiática, tecnológica, mercadológica e médica que reforça essa forma de sofrimento. O tempo, o espaço, a relação com o outro e com o próprio corpo ganham novas dimensões sob a ordem capitalista e pós-moderna. Ao sofrimento, são oferecidas respostas diagnósti-

cas homogeneizantes e soluções mágicas, ao passo que o incentivo ao autoquestionamento é cada vez menor. A subjetividade é fortemente marcada pelo referencial do que é exterior e o soma é constantemente atravessado por sensações que não encontram caminhos de sentido (REIS, 2017).

Da busca por reconhecimento, vemos muitas vezes surgir como única certeza o encontro com os sentimentos de vergonha, de solidão e de menos-valia. Os signos de amor-próprio fazem-se fumaça, tão fugazes quanto o que lhes serviu como matéria prima. Os ideais se pretendem pelo alcance de transformações da autoimagem, padronizadas, plastificadas e pautadas no que a mídia massifica, apagando a beleza das diferenças. Quando o projeto de vida não está em função de construir um si mesmo a partir de intervenções corporais, as formas de trabalho compulsivas e exasperantes equiparam a produtividade humana à de máquinas incansáveis.

Enquanto a capacidade fantasística do sujeito contemporâneo tenta, a duras penas, erguer novos referenciais simbólicos, os imperativos da sociedade do consumo capitalista parecem ganhar espaço nos buracos psíquicos deixados pela transição subjetiva para o novo mundo pós-moderno. A cultura em que vivemos proporciona caminhos de liberdade e de mudanças hierárquicas que durante séculos produziram inúmeras formas de opressão dentro de certas dinâmicas de poder. No entanto, o caminho da transformação, corrente e sem vistas do futuro, somado aos excessos produzidos por essa mesma cultura, aumentam a fragilidade egoica e a falta de certeza de si. A mesma conjuntura social que provoca necessidades de amparo narcísico também parece se autogerir ao repetidamente produzir a miséria simbólica e alívios meramente temporários a ela.

A subjetividade constituída em meio à cultura pós-moderna tem sua capacidade de mediação simbólica precarizada frente aos excessos que encontra, o que coloca mais dificuldades para a elaboração das vivências emocionais e contribui para experiências de desamparo e trauma. Esse contexto reforça fragilizações egoicas e, portanto, formas de sofrimentos narcísicos. O mal-estar contemporâneo parece estar ligado à fragilidade do símbolo em associação ao incentivo cultural aos excessos que, não podendo ser metabolizados, têm seus efeitos agressivos repercutidos na desestruturação do eu e nos sintomas que aparecem frequentemente na superfície corporal (MINERBO, 2013).

Em termos das implicações clínicas, quando falamos desses pacientes que fogem às estruturas psicopatológicas clássicas da psicanálise, é necessário repensar o papel e as ferramentas analíticas da contemporaneidade. Ao contrário de respostas diagnósticas homogeneizantes e fórmulas mágicas presentes

na cultura contemporânea (REIS, 2017), a clínica psicanalítica conta com a tarefa simbolizante como via para transformar traços pré-psíquicos, isto é, as marcas ainda não inscritas simbolicamente do aparelho psíquico. Isso exige que sua postura seja, em sua essência, de um outro-sujeito, e não só de intérprete (MINERBO, 2013). Para além da escuta, está incluída nesse trabalho uma boa dose de sensibilidade ao corpo, aos tons, aos ritmos e às formas. Com frequência, o analista será convocado para participar do processo de subjetivação de seu paciente, atuando como testemunha de sua dor, metabolizando-a em palavra por ele (REIS, 2017).

No modelo clínico contemporâneo, a noção de representação é ampliada, incluindo corpo, afetos e pensamento. O analista terá a função de articular os elementos, registros e dimensões da experiência que vive e sente em conjunto com seu paciente (URRIBARRI, 2012). Mais do que nunca, se faz importante a concepção de psiquismo já trazida por autores como Freud e Ferenczi, de que este é plural e transcende o campo representacional da palavra. A percepção, as impressões sensíveis e corpóreas têm seu estatuto de conteúdo analítico reforçado na clínica do trauma que se pronuncia na atualidade.

Pensando a Psicanálise desde sua origem, nos parece conveniente lembrar a posição de Freud que, no lugar de sugerir como solução a absurda ideia da destruição dos valores de seu tempo, propõe como caminho possível um método analítico terapêutico que inclua acima de tudo a escuta dos sofrimentos e desejos do sujeito. Isto é, sua ética sempre priorizou possibilitar vivenciarmos nossos desejos em consonância com o que faz sentido para cada um na relação com o Outro, ao contrário de nos render, de forma absoluta, às exigências da cultura.

Referências

ANDRADE, B.; SALEM, P.; KLAUTAU, P. Entrevista: René Roussillon. *Cadernos de Psicanálise -CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 107-116, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v34n27/a06.pdf >. Acesso em: 30 set. 2023.

BENJAMIN, W. (1933). *Experiência e pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (1934). *Franz Kafka*. A propósito do décimo aniversário de sua morte. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIRMAN, J. *Dor e sofrimento num mundo sem mediação*. In: ENCONTRO MUNDIAL ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE, Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, J. F. O mito psicanalítico do desamparo. *Ágora*: Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 41–55, 2000.

FERENCZI, S. (1929). *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Obras Completas Sándor Ferenczi, 4).

_____. (1931). *Análises de crianças com adultos*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Obras Completas Sándor Ferenczi, 4).

_____. (1933). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Obras Completas Sándor Ferenczi, 4.).

FREUD, S. (1895). *Projeto para uma psicologia científica*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. (Obras completas, 1).

_____. (1913). *Totem e tabu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Obras completas, 11).

_____. (1920). *Além do princípio do prazer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 14).

_____. (1923). *O ego e o id*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas, 16).

_____. (1930). *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras completas, 21).

GARCIA, C. A.; COUTINHO, L. Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo. *Psychê*, 8(13), p. 125-140, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382004000100011>. Acesso em: 30 set. 2023.

GREEN, A. (1975). *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

KRISTEVA, J. *As novas doenças da alma*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

MELLO, R.; HERZOG, R. Psiquismos clivados: vazio de sentido e insistência no existir. *Cadernos de psicanálise - CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 27, 2012. Disponível em: <08-CADERNOS_DE_PSICANALISE_27_2012_Psiquismos_clivados.pdf (cprj.com.br)>. Acesso em: 30 set. 2023.

MINERBO, M. (2009). *Neurose e não neurose*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2013.

_____. Ser e Sofrer hoje. *Revista Ide*. São Paulo. v. 35 n. 55, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062013000100004 (bvsalud.org)>. Acesso em: 30 set. 2023.

_____. *Novos diálogos sobre a clínica psicanalítica*. Editora: Blucher, 2019a.

_____. Comentário sobre o Caso R. In: TELLES, S.; COROA, B. (Org.). *Debates Clínicos*: Volume 1. São Paulo: Blucher, 2019b.

MONTES, F. A psicanálise hoje: produção de novas subjetividades? *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 171-192, 2012. Disponível em: <https://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno27_pdf/15-CADERNOS_DE_PSICANALISE_27_2012_A_psicanalise_hoje.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

OLIVEIRA, A.; RESSTEL, C.; JUSTO, J. Desamparo psíquico na contemporaneidade. *Rev. Psicol. UNESP*, v.12, n. 1, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100003> Acesso em: 30 set. 2023.

PACHECO-FERREIRA, F.; MELLO, R.; VERZTMAN, J. Algumas peculiaridades do manejo clínico nos sofrimentos narcísicos. In: FIGUEIREDO, L. C.; SAVIETTO, B.; SOUZA, O. (Org.). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2013. p. 239-256.

REIS, E. Autoerotismo: um vazio ativo na clínica contemporânea. In: REIS, E. S.; GONDAR, J. (Org.). *Com Ferenczi*: clínica, subjetivação, política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 122-140.

ROUSSILLON, R. O trauma narcísico-identitário e sua transferência. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 48, p. 187-205, 2014. Disponível em: <O trauma narcísico-identitário e sua transferência (bvsalud.org)>. Acesso em: 30 set. 2023.

URRIBARRI, F. O pensamento clínico contemporâneo: uma visão histórica das mudanças no trabalho do analista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 46, n. 3, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v46n3/v46n3a05.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

ZORNIG, S.; SANTOS, N. O objeto que se deixa apagar: a função do negativo na constituição psíquica. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 47.2, p. 29-44, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-48382015000200003>. Acesso em: 30 set. 2023.

Tramitação

Recebido 03/10/2023

Aprovado 15/05/2026